

PROTOCOLO 01-131697/2021**PARECER Nº 056/2021****CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2021
— ANÁLISE DOS ATOS REALIZADOS
NO PROCESSO LICITATÓRIO —
ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL -
REGULARIDADE CONSTATADA.**

A Comissão Permanente de Licitação – CPL solicita análise acerca da legalidade dos atos executados durante as fases do processo licitatório referente à Concorrência Pública nº 003/2021, cujo objeto é a seleção de interessados na aquisição de imóveis de propriedade da Curitiba S/A.

No que tange a regularidade processual em si, o processo foi devidamente instruído com laudo de avaliação, autorização da Diretoria Executiva, indicação de gestor e suplente, publicação em jornal de circulação e no Diário Oficial. Corretamente utilizada a modalidade prevista para alienação de bem imóvel pela legislação competente.

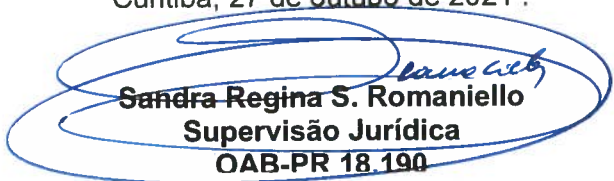
O Edital de Concorrência Pública 003/2021 foi devidamente publicado em jornal de grande circulação do Estado, conforme comprova cópia de fls. 436 e 437, atendendo todos os requisitos legais da publicidade, principalmente no tocante a indicação do local em que os interessados poderiam ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação, bem como respeitou o prazo legal para a modalidade em questão quanto ao o recebimento das propostas ou da realização do evento.

Aberta a sessão na data e horário designados, a CPL constatou que não houve comparecimento de nenhum licitante interessado, sendo assim considerou-se a licitação em questão como DESERTA, conforme observado às fls. 126.

Portanto, conclui-se que a CPL observou todos os requisitos constantes na Lei 13.303/2016, no Capítulo que trata das licitações, especialmente no que tange às disposições dos Artigos 49 e 51, no que se refere à abertura de processo licitatório administrativo, autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização competente, a indicação de seu objeto e às condições de participação. Inclusive, estando regularmente instruído como determina a lei.

Diante disto, observado o cumprimento das exigências de ordem legal e estando o certame em consonância com as determinações da Lei 13.303/2016, entende esta Supervisão Jurídica que poderá o presente retornar à Comissão Permanente de Licitação para as providências necessárias.

Curitiba, 27 de outubro de 2021 .



Sandra Regina S. Romaniello
Supervisão Jurídica
OAB-PR 18.190